

## RECENSÃO CRÍTICA

**JOSEPHINE QUINN (2024). HOW THE WORLD MADE THE WEST: A 4,000-YEAR HISTORY. BLOOMSBURY PUBLISHING. ISBN (HB): 978-1-5266-0518-4.**

**DANIEL CARDOSO**

[dcardoso@autonoma.pt](mailto:dcardoso@autonoma.pt)

Doutorado em Relações Internacionais pela Universidade Livre de Berlim. Professor Associado da Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal) e investigador integrado do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa.

No seu livro *How the World Made the West. A 4,000-Year History* (ainda não traduzido para português), Josephine Quinn analisa 4000 anos de história da região euro-afro-asiática, começando no Levante no século XX a.C. e terminando na chegada de Cristóvão Colombo às Américas no século XV d.C. Professora de História Antiga na Universidade de Oxford, na Inglaterra, Quinn é uma reputada historiadora, tendo escrito outras obras galardoadas como, por exemplo, *In Search of the Phoenicians* (2017).

A análise de 4000 anos de história levada a cabo por Quinn resulta num livro de mais de 500 páginas, divididas em 30 capítulos, cuja leitura é fascinante. É um livro que assenta numa estrutura académica, com recurso a várias referências bibliográficas, mas que, pela escrita simples e pelo uso de vários exemplos concretos, se torna apelativo para todos os tipos de leitores.

Ao analisar este longo período, Quinn chega à conclusão de que a história euro-afro-asiática é, essencialmente, o somatório dos contactos que humanos estabeleceram entre si nesta região. No livro, a autora detalha de forma exaustiva estas interações, que incluíram Fenícios, Minoicos, Gregos, Romanos, Egípcios, Cartagineses, Mouros, Francos, Visigodos, entre outros. Estes contactos foram de várias naturezas, incluindo comércio, cultura, diplomacia e guerra. Foi nestas interações que as sociedades se construíram e evoluíram. Um exemplo particularmente instrutivo destas dinâmicas é o alfabeto. Como explica a autora, a base para os alfabetos atuais foi criada no Egito por trabalhadores do Levante no século XVIII ou XIX a.C. Como o sistema de escrita egípcio, baseado em hieróglifos, era bastante complexo, estes trabalhadores inventaram um novo sistema mais simples em que cada letra correspondia a um som. Ao fazê-lo, criaram o primeiro alfabeto da história. Por sua vez, os contactos que se estabeleceram no Mediterrâneo por



via marítima permitiram que este novo sistema fosse difundido e depois ajustado por outros povos da região, dando origem ao latim, ao grego e às restantes línguas da antiguidade e da atualidade. O mesmo se aplica aos números que hoje usamos. De origem indiana, estes números, que hoje chamamos de “árabes”, foram trazidos para a Europa pelos mouros do Norte de África no século X d.C. Algumas invenções matemáticas importantes, como o número “0” também são de origem indiana. Com estes exemplos, Quinn revela que a ideia de glocalização (interação entre o local e o externo) é muito antiga. Para a autora, este diálogo constante entre povos moldou as sociedades e fê-las avançar.

Com base nesta constatação, fundamentada numa pesquisa muito bem desenvolvida, recorrendo a um espólio muito alargado de fontes primárias e secundárias, a autora vai retirar conclusões conceptuais, que têm ramificações para a Ciência Política e para as Relações Internacionais. É aqui, aliás, que se centra o seu principal argumento. Segundo Quinn, se a história é baseada em interações, a ideia de que a história se construiu com base em civilizações é errada. Comumente, civilização é definida como um grupo alargado de pessoas com traços culturais e valores em comum, fazendo, assim, parte de um todo coerente. Estes traços e valores são específicos ao grupo e distinguem-nos de outros grupos com características diferentes. No entanto, esta especificidade, autenticidade, e diferenciação entre grupos é algo que a autora não encontra no estudo histórico que fez dos 4000 anos em análise. Dada a interação entre os vários povos neste período, a tendência foi a fluidez, a co-criação e a polinização. Sendo assim, chamar os Fenícios, os Gregos ou os Persas de “civilizações” é, segundo a autora, incorreto, porque não se identificam características essencialmente particulares e distintivas em cada um deles. Acrescenta Quinn que os próprios na altura não se viam desta forma, como civilizações. As pessoas viam-se como membros de aldeias ou cidades, não como parte de uma “civilização”. Aliás, o próprio conceito de civilização só vai surgir no século XVIII.

Se as civilizações não existiram enquanto tal historicamente, porque é que então falamos, por exemplo, de “civilização ocidental”? É aqui que reside o cerne da leitura académica e política da autora. A ideia do Ocidente, enquanto civilização distinta, é uma construção, que apenas vingou por razões políticas. Segundo a autora, esta construção emergiu depois das campanhas para expulsar muçulmanos e judeus do continente europeu durante a Idade Média, e ganhou forma ideológica no século XVIII com base naquilo que ela designa como “pensamento civilizacional”. Para Quinn, este pensamento desenvolveu-se em duas fases: singular e plural. Na primeira, civilização é apresentada como um estágio avançado de desenvolvimento das sociedades. Este conceito foi introduzido, por volta de 1750, por filósofos franceses e britânicos e insere-se no que atualmente designamos como teorias da evolução social. Vista deste modo, civilização é o ponto final de um trajeto de evolução linear das sociedades desde formas mais precárias de organização socioeconómica (nomadismo e pastorícia) até formas mais desenvolvidas como o comércio e a indústria. A autora confirma esta visão citando John Stuart Mill, filósofo britânico do século XIX, que afirma que “na vida selvagem não há comércio, nem manufaturas, nem agricultura, ou quase nenhuma: a um país rico, fruto da agricultura, do comércio e das manufaturas, chamamos civilizado” (página 3).

A civilização, neste sentido singular, era teoricamente um estado a que qualquer sociedade humana poderia aspirar com esforço e educação suficientes, e todas as



sociedades humanas poderiam ser classificadas de acordo com o seu sucesso nesta frente. Os autores europeus, proponentes desta visão, apresentavam a Europa como o modelo civilizacional a que os outros poderiam aspirar. Como o estudo desta época indica, este conceito abstrato de civilização acabou por constituir um apoio útil para o imperialismo da Europa Ocidental. Mill, que trabalhou para a Companhia Britânica das Índias Orientais durante mais de trinta anos, argumentou que os civilizados tinham o dever de ajudar os outros na sua própria viagem pelo mesmo caminho (página 4). Esta ideologia foi captada de forma clara por Rudyard Kipling no seu poema "*The White Man's Burden*" (1899), no qual procurava convencer o presidente norte-americano a colonizar as Filipinas para a "civilizar". Formas modernas desta conceptualização de evolução linear podem ser encontradas em teorias liberais da economia e da política como a "teoria da modernização" desenvolvida por Walt Whitman Rostow no seu livro *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* (1991).

A segunda fase, denominada pela autora de plural, surge no século XIX por influência do historiador e político francês François Guizot. Para este, civilização não era um estágio de evolução social, mas um grupo humano específico de um local específico, com a sua própria história e atributos particulares, no seio do qual o desenvolvimento era um processo endógeno. À luz desta definição, não havia apenas a "civilização", mas as "civilizações", ou seja, a indiana, a grega, a romana, entre tantas outras. Para Guizot, estes grupos podiam ser definidos como civilizações porque tinham atributos particulares e essenciais que as distinguiam umas das outras. Sendo assim, a missão do académico era identificar estes atributos, o que poderia implicar estudar a origem das civilizações, as suas raízes ancestrais. É com base neste pensamento, considera Quinn, que se construiu a ideia da "civilização ocidental". Uma ideia particularmente cara aos filósofos ingleses do período vitoriano. Para estes, a civilização ocidental tinha as suas raízes na Grécia e Roma Antigas, designadamente nos seus atributos como: o Estado de Direito, a democracia, o apelo da ciência e da arte. Estes foram desconsiderados na Idade Média e depois recuperados, primeiro, durante o Renascimento e, segundo, pelo Iluminismo, culminando na formação da coluna vertebral do sistema político e cultural do Império Inglês do século XIX. Também através desta conceção de "civilização", argumenta a autora, é possível criar hierarquias entre civilizações em que umas são apresentadas como mais aptas ao desenvolvimento do que outras, sendo que os "ocidentais" eram apresentados como superiores. Assim, o avanço tecnológico europeu do século XIX era retroativamente explicado em termos civilizacionais, ou seja, a Europa liderava porque tinha atributos endógenos, originários da Grécia e Roma Antigas, que favoreciam este desenvolvimento. Por exemplo, em 1896, Arthur Evans, responsável pelo Museu Ashmolean, em Oxford, que supervisionou as escavações arqueológicas de ruínas "minoicas", exaltou Creta, chamando-lhe "a campeã do espírito europeu contra o jugo da Ásia" (página 27).

Esta visão da humanidade dividida em civilizações perfeitamente demarcadas foi recuperada recentemente por Samuel Huntington no seu livro *O Choque das Civilizações* (1999). Neste, Huntington argumenta que, no pós-Guerra Fria, as guerras do futuro não ocorreriam entre Estados, mas entre "civilizações" monolíticas e homogéneas, como a "ocidental", a "islâmica", a "africana" ou a "sínica" (chinesa).



Para Quinn, qualquer uma das concepções de civilização é incorreta porque não é suportada pelos factos históricos. Ela vai desenvolver o seu argumento, analisando o caso do Ocidente. Em primeiro lugar, a autora argumenta que não há “civilizações”. A ideia de que os humanos se organizam em conjuntos alargados com características específicas que se consolidam ao longo do tempo não procede. Nada é de geração espontânea e exclusivamente endógena. Tudo surge fruto de interações e influências. Por isso, estabelecer distinções e especificidades é inútil. Em segundo lugar, e em decorrência do ponto anterior, a autora argumenta que aquilo que se poderá considerar ocidental no caso da Grécia e Roma, ou já se praticava em outras paragens ou acabou por se estabelecer nestes territórios fruto das influências que receberam de outras paragens. Daqui resulta o título do livro. O Ocidente não foi criado pela Grécia ou por Roma, mas sim pelo mundo. A autora apresenta inúmeros exemplos desta dinâmica. O alfabeto e os números, já mencionados anteriormente, são dois dos casos. Há, contudo, muitos mais. Os códigos legais vieram da Babilónia, a irrigação da Assíria, a arte de navegar dos Fenícios e a roda da estepe centro-asiática. A religião, no caso grego, é de origem oriental. Até na democracia, a autora mostra como esta forma de governação foi experimentada pela primeira vez na Assíria por volta do século XI a.C. Neste território, os detentores de cargos públicos eram selecionados por uma lotaria pública que incluía todos os cidadãos. Qualquer um deles poderia receber esta responsabilidade. Esta forma foi a que se acabou por instalar também em Atenas.

Por tudo isto, analisar a história com base na ideia de civilização é, segundo a autora, empobrecedor, porque impede que se revelem todos estes contatos que se estabeleceram entre os povos ao longo dos séculos. Foi, através destes contatos, que a história se fez e evoluiu. O “Ocidente” tal como os restantes espaços sociais são locais de agregação e hibridismo, cuja extensa gama de objetos e artefactos nega a noção de uma cultura orgânica, pura ou essencial.

Apesar das muitas qualidades do livro, há algumas limitações que são notórias. O livro não tem uma conclusão. Esta parte teria sido importante para desenvolver as ideias teóricas da introdução à luz dos dados empíricos explorados nos restantes capítulos. A análise fica, assim, curta e mais difícil de transportar para a atualidade e para outras paragens. Questões que ficaram por responder são: a emergência do Estado moderno e do capitalismo retirou espaço à heterogeneidade? Esta abordagem baseada em interações pode ser aplicada a outros grupos que acabámos também por chamar de “civilizações” como a chinesa, a asteca ou a maia? Se sim, como? O que motiva as interações? A natureza humana, as circunstâncias, outras razões?

Além disso, as conclusões a que a autora chega não são propriamente novidade. Imensos académicos incluídos na linha de pensamento designada como pós-colonial têm contestado o pensamento civilizacional. Um dos exemplos mais emblemáticos é o livro de Edward Said *Orientalismo* (2021). Neste, o filósofo americano-palestiniano desconstrói o binarismo Ocidente-Oriente. Outros autores desta linha de pensamento têm demonstrado como o “mundo não ocidental” foi historicamente um espaço de inovação tecnológica, social e política. O livro *As Rotas da Seda* (2018) de Peter Frankopan e *The Once and Future World Order* (no prelo) de Amitav Acharya são alguns dos exemplos desta vertente.



De qualquer forma, o contributo da autora mantém-se relevante devido à magnitude do seu levantamento histórico, essencialmente baseado em fontes primárias. Depois deste livro, ficará ainda mais difícil argumentar sobre a existência de uma civilização ocidental pura, distinta e com raízes diretas na Grécia e Roma Antigas. O livro ganha também relevância pelos tempos políticos que se vivem. Numa altura em que os nativismos e chauvinismos propagados pela extrema-direita crescem um pouco por todo o mundo, o livro de Quinn mostra que é na diversidade e na interação entre povos de diferentes proveniências que o mundo avança e que a história se faz. Os povos da antiguidade perceberam isso. Cabe-nos a nós honrar essa memória.

## Referências

- Acharya, A. (in press). *The Once and Future World Order: Why Global Civilization Will Survive the Decline of the West*. Basic Books.
- Frankopan, P. (2018). *As rotas da seda: Uma nova história do mundo*. Relógio D'Água.
- Huntington, S. P. (1999). *O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*. Gradiva.
- Kipling, R. (1899). *The white man's burden: The United States and the Philippine Islands*. The Kipling Society. [https://www.kiplingsociety.co.uk/poem/poems\\_burden.htm](https://www.kiplingsociety.co.uk/poem/poems_burden.htm)
- Quinn, J. (2017). *In search of the Phoenicians*. Princeton University Press.
- Quinn, J. (2024). *How the World Made the West. A 4,000-Year History*. Bloomsbury Publishing
- Rostow, W. W. (1991). *The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto* (3rd ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Said, E. (2021). *Orientalismo*. Edições 70.

## Como citar esta recensão

Cardoso, Daniel (2024). Recensão Crítica Josephine Quinn (2024). *How the World Made the West: A 4,000-Year History*. Bloomsbury Publishing. ISBN (hb): 978-1-5266-0518-4. *Recensão Crítica, Janus.net, e-journal of international relations*. VOL 15, N.º 2, Novembro 2024-Abril 2025, pp. 505-509. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.15.01.1>.

